

INTERFERÊNCIAS DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, EM ESPECIAL O BRASIL

INTERFERENCE OF INTERNATIONAL ORGANIZATIONS ON EDUCATIONAL
POLICIES IN DEVELOPING COUNTRIES, ESPECIALLY BRAZIL

INTERFERENCIA DE LAS ORGANIZACIONES INTERNACIONALES EN LAS
POLÍTICAS EDUCATIVAS DE LOS PAÍSES EN DESARROLLO,
ESPECIALMENTE BRASIL

Nancy Costa de Oliveira¹, Adriana Almeida Sales de Melo²

DOI: 10.54899/dcs.v23i87.4645

Recibido: 16/01/2026 | Aceptado: 10/02/2026 | Publicación en línea: 18/02/2026.

RESUMO

O presente estudo visa refletir sobre a interferência de organismos internacionais nas políticas educacionais de países em desenvolvimento, em especial o Brasil. Afirma-se que o sistema capitalista atribui o caráter mercadológico à educação à medida em que a relaciona ao desenvolvimento socioeconômico de um país, desconsiderando-a como direito universal e inalienável do homem. Ao enfatizar a meritocracia desconsidera-se problemas sociais graves como a pobreza extrema, o analfabetismo, a falta de acesso e permanência na escola, e demais desigualdades socioeconômicas existentes na maioria dos países em desenvolvimento. Adotou-se como metodologia a pesquisa documental, valendo-se dos Relatórios de Desenvolvimento Mundial do BM e de documentos produzidos pela OCDE além do aporte teórico de MELO (2021), SCHULTZ (1973), SMITH (1988, 1996), SOARES (2020) dentre outros. Observou-se a intencionalidade na padronização de currículos tendo como objetivo a formação de força de trabalho especializada, uma vez que o estudante é considerado como capital humano e o investimento em educação como possibilidade de aumento do lucro. Os resultados apontam que tanto o Banco Mundial quanto a OCDE enfatizam resultados de avaliações como o PISA, priorizando o letramento científico em Leitura, Matemática e Ciências, fato este que corrobora com o direcionamento do ensino para a formação de mão de obra qualificada. Conclui-se que ações dessa natureza intensificam as atuações e interferências na condução das políticas públicas de diversos países, tornando-os reféns de um rigoroso plano intencional de fortalecimento do sistema capitalista cujo objetivo é o aumento da produtividade e consequentemente, da geração de lucro.

Palavras-chave: Banco Mundial. Políticas de Educação. Capitalismo. Brasil.

¹ Mestre em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: nancy@unb.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4095-9876>

² Doutora em Educação/Política Educacional, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil. E-mail: adrianafe@unb.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6749-4725>

ABSTRACT

This study aims to reflect on the interference of international organizations on the educational policies of developing countries, especially Brazil. It argues that the capitalist system attributes a market-driven character to education by linking it to a country's socioeconomic development, disregarding it as a universal and inalienable human right. This is because the emphasis on meritocracy disregards serious social problems such as extreme poverty, illiteracy, lack of access to and retention in school, and other socioeconomic inequalities existing in most developing countries. The methodology adopted in this study was documentary research, using the World Development Reports from the World Bank and documents produced by the OECD, in addition to the theoretical contributions of MELO (2021), SCHULTZ (1973), SMITH (1988, 1996), SOARES (2020), among others. The intentionality in the standardization of curricula was observed, aiming at the formation of a specialized workforce, since the student is considered human capital and investment in education is seen as a possibility for increasing profits. The results indicate that both the World Bank and the OECD, internationally recognized organizations considered benchmarks in data production, emphasize the results of assessments such as PISA, prioritizing scientific literacy in Reading, Mathematics, and Science. This corroborates the focus of education on training a skilled workforce. It is concluded that actions of this nature intensify the influence and interference in the conduct of public policies in various countries, making them hostages to a rigorous, intentional plan to strengthen the capitalist system, whose objective is to increase productivity and, consequently, profit generation.

Keywords: World Bank. Education Policies. Capitalism. Brazil.

RESUMEN

Este estudio busca reflexionar sobre la interferencia de las organizaciones internacionales en las políticas educativas de los países en desarrollo, especialmente Brasil. Argumenta que el sistema capitalista atribuye a la educación un carácter mercantil al vincularla al desarrollo socioeconómico del país, desestimándola como un derecho humano universal e inalienable. Esto se debe a que el énfasis en la meritocracia ignora graves problemas sociales como la pobreza extrema, el analfabetismo, la falta de acceso y retención escolar, y otras desigualdades socioeconómicas existentes en la mayoría de los países en desarrollo. La metodología adoptada en este estudio fue la investigación documental, utilizando los Informes de Desarrollo Mundial del Banco Mundial y documentos producidos por la OCDE, además de las contribuciones teóricas de MELO (2021), SCHULTZ (1973), SMITH (1988, 1996), SOARES (2020), entre otros. Se observó la intencionalidad en la estandarización de los currículos, apuntando a la formación de una fuerza laboral especializada, ya que el estudiante es considerado capital humano y la inversión en educación es vista como una posibilidad para aumentar las ganancias.

Palabras clave: Banco Mundial. Políticas educativas. Capitalismo. Brasil.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

Esse estudo visa contribuir para a discussão e consequente reflexão sobre a interferência de organismos internacionais como o Banco Mundial/BM e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico/OCDE nas políticas educacionais dos países em desenvolvimento, em especial o Brasil.

Para tanto, torna-se necessário apresentar um breve histórico da origem dessas instituições financeiras internacionais, criadas com a finalidade de conceder empréstimos, consultorias e assistência técnica aos países em desenvolvimento, sob o propósito de reduzir a pobreza e promover o crescimento econômico.

Entretanto, a realidade demonstra que, ao longo dos anos, essas instituições têm exercido expressiva influência nas políticas públicas desses países — especialmente no campo da educação, como veremos no decorrer do texto.

Dito isso, cumpre lembrar que após o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), instaurou-se um longo período caracterizado pela instabilidade econômica e política, atingindo diversos países de forma globalizada. Com o objetivo de auxiliar na reconstrução e desenvolvimento dos países devastados por esse conflito, por meio da redução da pobreza e das desigualdades sociais, o Banco Mundial/BM foi criado em 1944.

Nesse mesmo contexto, foi criado o Plano Marshall, uma estratégia norte-americana que consistia em um conjunto de medidas que visavam a estabilidade social, política e financeira dos países europeus destruídos no pós-guerra, e sobretudo, implementar ações para conter o avanço do comunismo pelo mundo. Como parte dessas medidas, em 1948 foi criada a Organização Europeia de Cooperação Econômica/OECE com a finalidade de coordenar e distribuir os recursos financeiros do Plano cuja principal característica foi a concessão de empréstimos, a baixos juros, para os países europeus que aceitassem as condições impostas pelos Estado Unidos, tais como a compra de produtos vendidos exclusivamente por eles, a implementação de políticas de estabilização monetária e anti-inflacionária e ainda a promoção de uma política de integração e cooperação intraeuropeia. Pode-se avaliar que o resultado desse Plano foi positivo, pois nas duas décadas posteriores, a economia da Europa Ocidental voltou a prosperar tal como era antes, tendo como maiores beneficiários, os próprios norte-americanos que viram o volume de suas exportações crescerem vultosamente.

No contexto da Guerra Fria entre EUA e União Soviética, os EUA impulsionaram a criação da OTAN/Organização do Tratado do Atlântico Norte, uma aliança militar que reunia vários países ocidentais do hemisfério norte e que passou a ter maior influência na condução das negociações acerca da ajuda econômica e militar. Com isso, a OECE foi extinta abrindo espaço para a criação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico/OCDE, em meados de setembro de 1961. Essa nova organização teve como mote a ampliação do alcance das decisões políticas e econômicas discutidas no âmbito da então OECE, sendo entendida como um *locus* de discussão e formulação de políticas públicas internacionais acerca dos diversos temas relativos ao desenvolvimento econômico e social mundial.

Assim, ao longo dos anos, o BM e a OCDE vêm atuando na prestação de assistência técnica e financeira às nações que integram o seu quadro de membros, porém suas recomendações têm influenciado, de forma significativa, políticas públicas de muitas nações, em especial daquelas que estão em desenvolvimento. Percebe-se a interferência em políticas públicas para o desenvolvimento humano, por meio de reformas e ações aos países parceiros, sobretudo para aqueles que desejam integrar o grupo, que muitas vezes vão de encontro às ideias humanistas de educação, na medida em que associam o investimento em educação como formação de mão de obra especializada, atribuindo à educação o conceito de mercadoria.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como desdobramentos para o mercado de trabalho após a Segunda Guerra Mundial, vimos a definição de novas exigências para a formação do trabalhador, constituída por um *pool* de conhecimentos, competências, habilidades e valores que segundo o BM e a OCDE, culminariam na construção de um projeto social de educação fundamentado principalmente na condução de jovens para o futuro, garantindo o desenvolvimento humano dos países que aderissem a agenda proposta por esses atores. Cumpre destacar que BM e OCDE continuam a influenciar, sobremaneira, as condutas dos países acerca da implementação de políticas públicas, indo além do seu propósito inicial, visto que interferem e definem os rumos da agenda social, política, educacional e financeira global, em detrimento de uma formação humana de caráter integral. Justifica-se tal afirmação a partir do momento em que esses organismos retomam o conceito de capital humano e o atrelam aos interesses do sistema capitalista, tais como a solução de problemas oriundos da baixa qualificação profissional e a conseqüente queda na produtividade

industrial.

No que tange a questão do capital humano, cumpre destacar que esse termo surgiu de forma despreziosa na obra de Smith, *A Riqueza das Nações*, oportunidade em que o autor discorreu sobre temas como o acúmulo de riquezas, divisão do trabalho, sistemas econômicos e livre mercado. Nesse caso, o ato de melhorar sua condição enquanto indivíduo, poderia trazer a prosperidade, porém essa é uma iniciativa individual, uma vez que se admitia um Estado com funções reduzidas ao estabelecimento e manutenção da justiça, a defesa nacional e a criação e manutenção de determinadas obras e instituições públicas, que não fossem de interesse privado.

Entretanto, esse teórico defendia que empregos, mão de obra e capital deviam se manter em equilíbrio para não gerar desigualdade, e uma sociedade em perfeita liberdade possibilitaria a cada um a escolha da profissão que julgasse mais interessante e conveniente com seu interesse. Ao utilizar a analogia da figura de uma "mão-invisível" atuante no mercado, responsável pela organização das coisas de modo a promover o equilíbrio entre a oferta e demanda de empregos e mão de obra, Smith defendia que numa economia concorrencial, a busca pelo interesse individual resultaria na melhoria do bem comum.

Assim, mesmo sem se dar conta, Smith gestou o termo que futuramente foi formalizado por Theodore Schultz, em 1961, com o lançamento do livro *Investment in Human Capital: The Role of Education and of Research*, após a conclusão de estudos iniciados em 1950 acerca da relação entre bens intelectuais, bens de consumo e bens pessoais como possibilidade de aumento das produções do capital. Ao pesquisar esses temas, sua intenção era explicar a origem do aumento da produtividade de empresas na época, porém ao se debruçar sobre as implicações do papel desempenhado pela instrução e capacitação do trabalhador como forma de crescimento e desenvolvimento econômico, Schutz constatou que o conhecimento adquirido por um indivíduo seria **passível de investimento**, à medida em que se considerasse que os investimentos em educação e saúde poderiam aprimorar as aptidões e habilidades dos indivíduos, tornando-os mais produtivos, o que significaria influenciar positivamente as taxas de crescimento dos países.

Mediante essa constatação, definiu capital humano como sendo a capacidade que o conjunto de conhecimentos, competências e atributos da personalidade de uma pessoa ao desempenhar um trabalho, produzirem valor econômico. Assim, ao compreender o conhecimento como uma forma de capital e concluir que o investimento na capacitação do trabalhador poderia melhorar e aumentar a produtividade, Schultz afirmou que:

Embora seja óbvio que as pessoas adquiram capacidades úteis e conhecimentos, não é óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja, em parte substancial, um produto do investimento deliberado, que têm-se desenvolvido no seio das sociedades ocidentais a um índice muito mais rápido do que o capital convencional (não-humano), e que o seu crescimento pode muito bem ser a característica mais singular do sistema econômico. Observou-se amplamente que os aumentos ocorridos na produção nacional têm sido amplamente comparados aos acréscimos de terra, de homens-hora e de capital físico reproduzível. O investimento do capital humano talvez seja a explicação mais consentânea para esta assinalada diferença. (SCHULTZ, 1973, p.31).

Nessa seara, não é de se admirar que tanto o Banco Mundial como a OCDE tenham criado o seu próprio conceito de capital humano, agora compreendido como um conjunto equilibrado de competências cognitivas (incluindo as avaliadas por testes de conhecimento e notas acadêmicas), e socioemocionais que possibilita ao indivíduo ser bem-sucedido na vida moderna, aumentando a probabilidade de sucesso em nível educacional e no mercado de trabalho.

Nesse contexto, Melo (2021) concluiu que o Banco Mundial e a OCDE apresentaram uma correlação de forças sociais em conformidade com vários grupos privados e países hegemônicos capitalistas, sob o vetor da assistência internacional ao desenvolvimento, desde sua criação, e que ao analisarem as finanças dos países e invariavelmente recomendarem a redução de gastos públicos nos setores de sua responsabilidade, esses organismos propõem medidas de autorregulação do mercado ou de parcerias público-privadas, numa clara intenção de conduzir os caminhos da economia e das políticas públicas dos países ao redor do mundo.

Dessa forma, ao longo dos anos o Banco Mundial foi lançando seus relatórios com recomendações político-econômicas em várias áreas, sobretudo na educação. De acordo com Melo (2021), entre as recomendações do Banco colocadas no relatório de 2013 com o título de *Jobs* (empregos), por exemplo, destaca-se a ideia da meritocracia do indivíduo enquanto alicerce principal para se garantir uma formação aliada a bons empregos, como se o acesso e a permanência em instituição escolar que promovesse uma educação de qualidade dependessem exclusivamente da vontade dos sujeitos. Ao mesmo tempo, observa-se certa contradição nessa prerrogativa visto que esse mesmo relatório, coloca em dúvida a promessa de que o investimento em educação e treinamento de fato resultaria numa melhoria da qualificação e, conseqüentemente, melhores requisitos para a empregabilidade.

Cabe lembrar que em 1995, segundo Altmann (2002), já haviam indícios de que a educação estaria sendo vista como mercadoria uma vez que entre as recomendações do Banco Mundial inseridas no relatório do mesmo ano, constavam a prioridade na educação básica, o investimento no aumento do tempo de instrução, na oferta de livros didáticos (produzidos e

distribuídos pelo setor privado) e o impulso para o setor privado e organismos não governamentais como o monitoramento do desempenho escolar através de avaliações padronizadas dando início a escola-padrão, de manuais, com avaliação e currículos padronizados, portanto distante das discussões críticas e de reflexões mais profundas.

Por sua vez, no relatório de 2018, que traz o título *Learning to realize education's promise*, dentre outras, encontramos recomendações globais para as questões relativas à melhoria da aprendizagem do trabalhador, com ênfase na aplicação de testes em larga escala para melhor aferição dos níveis de aprendizagem e à atuação docente como fatores que exercem maior impacto nos resultados.

Ao ressaltar a importância da aquisição de habilidades e competências necessárias para se obter uma melhor colocação no mercado de trabalho, em 2018 o Banco Mundial descreve qual deve ser o perfil do trabalhador do futuro, reafirmando a ideia de que sob o olhar desse influente organismo internacional, o aluno, ao longo da sua formação, deixa de ser a criança, o jovem, o cidadão, para ser alguém que futuramente, de acordo com seus esforços próprios, contribuirá com sua força de trabalho para o desenvolvimento econômico do país, sendo este o principal motivo para que os países invistam na educação desde a sua fase inicial:

As habilidades necessárias nos mercados de trabalho são multidimensionais; portanto, os sistemas precisam equipar os alunos com muito mais do que apenas leitura, escrita e matemática - mas os estudantes não podem desprezar essas habilidades fundamentais. Seja como trabalhadores ou como membros da sociedade, as pessoas também precisam de habilidades cognitivas de ordem superior, como a resolução de problemas. Além disso, precisam de habilidades socioemocionais (...). Finalmente, eles precisam de habilidades técnicas para realizar um trabalho específico (Banco Mundial, 2018, p.9).

Dessa forma, constata-se que esse relatório deixa explícito o que ele mesmo propaga como sendo seu objetivo maior, qual seja, formar trabalhadores treinados, treináveis e adaptados socioemocionalmente às mudanças intensas requeridas pelo mundo do trabalho.

Em conjunto com as diretrizes do Banco Mundial, não há como negar que a OCDE é outro importante formulador e condutor de políticas educacionais no mundo inteiro. Uma de suas recomendações que mais impactam os caminhos e incentivos na área da educação, é a avaliação em larga escala denominada *Programme for International Student Assessment/PISA*, um sistema trienal de avaliação padronizada, criado nos anos 2000, para medir os conhecimentos nas áreas de Leitura, Matemática e Ciências de estudantes com quinze anos, que em 2018 avaliou seiscentos mil estudantes de setenta e nove países.

O Brasil adotou o PISA desde sua primeira edição e de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas/INEP seu objetivo enquanto avaliação em grande escala é:

Produzir indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação nos países participantes, de modo a subsidiar políticas de melhoria do ensino básico. A avaliação procura verificar até que ponto as escolas de cada país participante estão preparando seus jovens para exercer o papel de cidadãos na sociedade contemporânea. (INEP, 2019).

Constata-se que o PISA compara os índices educacionais de países desenvolvidos, emergentes e subdesenvolvidos valendo-se da mesma prova para conhecer seus resultados. Embora haja um questionário que capta informações que podem “relacionar o desempenho dos alunos a variáveis demográficas, socioeconômicas e educacionais” (INEP, 2019), ao final do processo a OCDE ignora as desigualdades de países tão diferentes econômica, social e culturalmente, ao estabelecer um *ranking* geral baseado nas notas atingidas, colocando países com realidades diferentes no mesmo nível de comparação. Segundo a OCDE, as escolas participantes de cada país são escolhidas através de critérios específicos “que representem todos os estudantes de 15 anos do país” (OCDE, 2019c), mas esse organismo não esclarece quais seriam estes critérios. Assim, ao desprezar o fato de que uma prova aplicada em escala global tende a generalizações, a OCDE desconsidera a realidade nacional, regional e local dos alunos, colocando-os no mesmo nível de condições sociais e econômicas, gerando dados injustos e distantes da realidade.

Outras publicações que impactaram sobremaneira os caminhos das políticas educacionais em termos mundiais foram os documentos *Trends Shaping Education*, publicado em 2019, que faz parte do projeto *Future of Education* (OCDE, 2019) e o *The future of education and skills. Education 2030: the future we want*, que faz parte de publicações gerais que buscam dar fundamentos às pesquisas da OCDE.

De acordo com Melo (2021), esse relatório apresenta uma gama de tópicos associados à globalização, democracia, segurança, envelhecimento e culturas modernas e enuncia que a questão da mobilidade dos alunos e do conhecimento entre os países se torna cada vez mais central, exigindo que os países repensem a formação para habilidades formais e não formais diante das novas demandas dos mercados de trabalho. Destaca-se que o documento apresenta e justifica cinco grandes tendências mundiais, além de questionamentos sobre o futuro da educação, a redução das desigualdades, a questão da preservação ambiental e ainda indica a inteligência artificial como uma das questões cruciais que devem estar no centro das atenções de forma global.

A autora ressalta ainda que no documento como um todo é possível identificar recomendações sobre as grandes mudanças nos modos de vida dos indivíduos bem como sobre a necessidade de uma educação que possa prover as futuras gerações, baseada na aquisição de competências socioemocionais que, aliadas a esse processo, alteram o modo de viver das pessoas.

Em relação a esse documento, a OCDE reafirma a necessidade de preparar as novas gerações e estruturar os sistemas educacionais nacionais a partir da formação de habilidades, atitudes e valores para enfrentar as incertezas do futuro. Mas como induzir reformas, mudar leis, criar programas e projetos de forma hegemônica para países com realidades econômicas, sociais e educacionais tão díspares? Esse fato somente comprova a ambição desse projeto no sentido de conduzir e liderar concepções econômicas internacionais sob o discurso de que existe somente um caminho a seguir para uma educação de sucesso, e que esta só pode ser alicerçada mediante um currículo prescrito universalmente para promover as mudanças e necessidades do mercado de trabalho. O que não se menciona, mas é igualmente inegável, é que as oportunidades desse mercado de trabalho não são e não estão acessíveis a todos, pois as desigualdades se materializam em ilhas que colocam o indivíduo na condição de ser isolado, abstrato e individual, afastando qualquer chance de se obter uma educação com caráter emancipatório. Muito pelo contrário, numa evidente política endereçada aos objetivos do capitalismo, empresários, líderes mundiais, multimilionários e governos modelam os interesses que fazem girar a economia e a política, definindo quais habilidades e competências serão imprescindíveis para um futuro promissor, onde tanto o Banco Mundial como a OCDE delineiam propostas de políticas públicas educacionais que, ao serem absorvidas pelos países emergentes, proclamam seus interesses na formação compulsória dos indivíduos a fim de que esses estejam aptos a recompor as bases estruturais do modo de produção capitalista que notadamente encontra-se em uma crise cíclica.

METODOLOGIA

A opção pela pesquisa documental advém de estudos teóricos realizados após a conclusão do Mestrado em Educação onde além da busca pela continuidade na formação acadêmica, objetivou-se captar a realidade social a partir das perspectivas contidas em documentos e demais textos que versam acerca das políticas públicas educacionais no Brasil e no mundo.

Assim, com base em Flick (2009), compreende-se a Pesquisa Documental como uma oportunidade onde o pesquisador escolhe os documentos a serem analisados, delimitando o

universo a ser investigado, porém sem desconsiderar o contexto em que foram formulados, sua utilização bem como sua função.

No caso, por meio dos documentos analisados, foi possível refletir e assim compreender a influência de organismos internacionais como o Banco Mundial e a OCDE nas políticas educacionais dos países em desenvolvimento, em especial o Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do exposto, constata-se que tanto o Banco Mundial quanto a OCDE, organismos internacionais representantes do Neoliberalismo, tem expandido seus campos de interferências na seara da educação com orientações de caráter prescritivo que caminham muito além do recorte pedagógico, numa clara demonstração de poder e de interesse na homogeneização de políticas que atendam aos princípios do sistema capitalista, deixando todos entorpecidos, onde a alienação permeia as relações de trabalho ao mesmo tempo em que invisibiliza os interesses de uma educação pautada nos princípios da igualdade e equidade de oportunidades, no campo da formação escolar, técnica e do mercado de trabalho.

Mais do que isso, as prescrições de programas educacionais do Banco Mundial e da OCDE, representantes legítimos do Neoliberalismo, geram impactos na Educação Básica dos países, visto que suas propostas são traduzidas e replicadas em discursos públicos, legislações, planos e ações de políticas públicas que quando benéficas para os trabalhadores, se extinguem por serem implementadas como políticas de Governo e não de Estado.

Além disso, ao se desvelar as entrelinhas dos discursos desses organismos internacionais, revela-se o propósito de direcionar e guiar a aprendizagem para, posteriormente, mensurar, quantificar e comparar o desempenho dos estudantes, dos países e entre os países, por meio de testes padronizados e baseados em critérios onde somente uma parcela mínima da sociedade é contemplada.

Na prática, o que vimos nos países em desenvolvimento, especialmente o Brasil, é que a educação vive sua maior crise desde a redemocratização, visto que os investimentos públicos que deveriam ser destinados ao fortalecimento de uma educação pública, à valorização dos professores e à garantia de uma formação escolar adequada as necessidades dos estudantes e futuros trabalhadores vem sendo sequestrados ano após ano, quer seja em governos da direita ou da esquerda, pelos capitalistas da educação privada que promovem reformas ultraliberais a fim

de garantir a hegemonia ideológica da burguesia nos currículos escolares e no desmonte dos direitos dos trabalhadores da educação.

Nesse sentido, na realidade as "recomendações" desses organismos internacionais terminam por afetar as decisões econômicas, educacionais, jurídicas e políticas de países, consolidando um discurso de alcance global por intermédio da disseminação massiva de estudos, projetos e programas nas mais variadas áreas das políticas públicas que desconsideram, quiçá ignoram, a subjetividade e a condição real de cada sujeito.

Dessa forma, constata-se que a educação, tida por muitos como o segredo para a autonomia e emancipação da nação, vai se tornando rapidamente um veículo de legitimação de uma ordem baseada no livre mercado, acima de tudo e de todos, onde não há espaço para aqueles que ousam se opor aos ditames neoliberais. Pelo contrário, constata-se o estímulo a desvalorização da formação crítica e humanista, em detrimento da transformação social e do desenvolvimento do senso crítico, da educação compreendida como espaço para a formação de mão de obra qualificada, ao invés de ser vista como espaço de crescimento humano, de resistência e combate às desigualdades, às discriminações e ao cerceamento de direitos subjetivos e sociais, pois anda que esses não sejam os objetivos de organismos como a OCDE e o BM, a sociedade não pode ser conivente com políticas que insistem em atribuir o conceito de mercadoria à educação.

Portanto, urge promover novos debates sobre essa temática a fim de avaliar o impacto das influências desses organismos internacionais nas políticas públicas brasileiras, em especial no sistema educacional do país. Torna-se mister compreender também que, se de fato queremos um país soberano e autônomo, não podemos nos curvar a políticas que ameaçam a garantia de direitos humanos que asseguram direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais que possibilitam a todos viver com dignidade e mais equidade.

Todavia, não se pode permitir quaisquer interferências que coloquem em risco a soberania nacional tampouco a luta pela manutenção da democracia, porém essa perpassa pelo direito a educação pública, gratuita, igualitária, laica, de qualidade e universal para todos, visto ser a educação um dos instrumentos mais liberadores, quiçá o de mais relevância, que permite o desenvolvimento do conhecimento crítico, a consciência da necessidade de defender o estado democrático de direito do país.

Entretanto, o permanente estado de alerta quanto a possíveis atentados contra os direitos humanos torna-se uma tarefa hercúlea, porém necessária, em prol de uma sociedade menos

desigual, portanto mais justa e igualitária, onde todos tenham as mesmas oportunidades, considerando principalmente a diversidade do ser humano.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, constata-se que tanto o Banco Mundial como a OCDE produzem estudos considerados mundialmente como fidedignos acerca de diversos temas relacionados ao desenvolvimento humano mundial, porém ao mesmo tempo intensificam suas atuações e interferências na condução das políticas públicas de diversos países, tornando-os reféns de um rigoroso plano intencional de fortalecimento do sistema capitalista que tem por objetivo o aumento da produtividade e conseqüentemente, da geração de lucro.

Ao permitir a imposição da homogeneidade em políticas públicas para a educação, desconsidera-se que a luta de classes é uma premissa do mercado de trabalho e que a visibilidade dos trabalhadores enquanto seres humanos, que merecem e precisam serem vistos como tais e não como peças da engrenagem, produtoras e reprodutoras da acumulação do capital, mais do que uma realidade, é uma necessidade mundial para que se possa caminhar pela estrada da equidade e igualdade a fim de se fomentar as bases de uma sociedade mais justa e menos desigual.

Nesse sentido, saibamos reconhecer a importância do desenvolvimento humano para o país, para a sociedade e obviamente, para o próprio indivíduo, mas como missão precípua, torna-se necessária a implementação efetiva de políticas públicas que não se limitem a possibilitar o acesso à educação para todos, mas que essa seja de qualidade, gratuita, que a permanência nos bancos escolares seja a realidade de todos, ou de sua ampla maioria, e que ao final do ciclo escolar, as oportunidades de trabalho sejam garantidas, e não destinadas somente a uma parcela de indivíduos que tiveram melhores condições sociais/econômicas durante seu percurso acadêmico.

Não estamos aqui negando que capital humano e crescimento econômico estejam interligados por uma relação recíproca, visto que crescimento econômico é um tema que merece destaque, tampouco que ele não represente o indício de avanço nas condições de vida para os seres humanos. O que se defende é que enquanto elemento indispensável para o processo de crescimento econômico, é preciso compreender que somente o incentivo para uma melhor formação educacional não é o bastante para a eliminação da pobreza extrema e das desigualdades ou mesmo para o desenvolvimento humano como um todo.

Dessa forma, torna-se necessário que esses indivíduos também tenham reais condições de receberem uma educação de qualidade, em todos os níveis, que ao estarem aptos para ingressarem no mercado de trabalho, encontrem oportunidades equânimes de inclusão, e concomitantemente, possam se beneficiar dos frutos gerados pela sua mão de obra especializada, participando da distribuição do lucro de forma menos desigual.

Se os discursos desses organismos prometem a redução da pobreza, essa meta não será alcançada enquanto os trabalhadores não forem vistos e compreendidos como protagonistas desse processo, porque cada um, ao seu modo e de acordo com suas qualificações, desempenha um papel importante para alcançar esse objetivo, portanto nada mais justo que possam usufruir de uma qualidade de vida e de trabalho que seja menos desigual.

Além do mais, não se pode olvidar que a luta de classes permeia toda e qualquer relação de trabalho, portanto não se deve impor políticas educacionais definindo quais competências, conhecimentos, habilidades, atitudes ou valores devem ser desenvolvidos pelos trabalhadores sem considerar que nem todos detêm as mesmas oportunidades de apreendê-las, visto que a meritocracia não é uma análise adequada diante das desigualdades sociais e econômicas que perpassam a maioria dos países, ainda mais quando a realidade comprova que nem mesmo a metade dos países pertence ao “clube dos ricos”, composto por trinta e oito países, enquanto o mundo se constitui por 193 (cento e noventa e três) países reconhecidos internacionalmente.

Assim sendo, diante desse cenário, nos parece injusto cobrar hegemonia sem que existam as mesmas oportunidades de desenvolvimento, sobretudo condições sociais e econômicas entre os indivíduos, quiçá entre os países. Ao mesmo tempo, sinalizamos a urgência de que os trabalhadores se vejam como sujeitos participantes e fundamentais no processo de desenvolvimento do país, portanto, detentores do direito de serem reconhecidos como tal, não podendo ser reféns de políticas assistencialistas, e, por conseguinte, devem usufruir dos frutos logrados com o suor do seu labor ou mesmo com o calo de suas mãos.

Por fim, torna-se imprescindível a reflexão e o debate acerca dos reais objetivos dessas interferências internacionais que não medem esforços para que seus ideais políticos, econômicos, sociais e educacionais sejam obtidos, ignorando peculiaridades de países como o Brasil. Não se pode olvidar que isso represente um rigoroso plano para o fortalecimento do sistema capitalista cujo objetivo maior é o aumento da produtividade e conseqüentemente, da geração de lucro, ainda que isso signifique não apenas a mercantilização da educação, mas principalmente da raça humana.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, H. **Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 77-89, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11656>. Acessado em 09/12/2023.
- BANCO MUNDIAL (2018). **World Development Report 2018. Learning to realize education's promise**. Oxford University Press. DOI: 10.1596/978-1-4648-1097-8.
- DEMO, P. **Santo Estado, Maldito Mercado: de certas esquerdas que são direitas**. Sociedade e Estado, 20 (2), 451-476. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-69922005000200009>. Acessado em 07/07/2024.
- DEMO, Pedro. **Capitalismo sem democracia – Lugar da Assistência e seus abusos**. Disponível em <https://pedrodemo.blogspot.com/search?q=ensaio+1062>. Acessado em 05/07/2024.
- FLICK, U. 2009. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. 3. ed., Porto Alegre: Artmed.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais PISA – **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes**. [2019]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pisa>. Acessado em 11/12/2023 jan. 2019.
- MELO, Adriana A. A. S. **Desenvolvendo competências e habilidades para o trabalhador do futuro: caminhos do Banco Mundial e da OCDE**. Rev. Lusófona de Educação, Lisboa, n.51. 2021. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/issue/view/780>. Acessado em 30/08/2023
- OECD (2018). **The future of education and skills. Education 2030: the future we want** (position paper). OECD Publishing.
- SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa**. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- SMITH, A. **A riqueza das nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas**. vol. I e II, 3ª ed. Trad. Luiz João Baraúna, São Paulo: Nova Cultural, 1988. 250 p.
- SOARES, F. P. (2020). **A influência do Banco Mundial e da OCDE na educação básica no Brasil e no ensino de geografia**. *Geografia Ensino & Pesquisa*, 24, e15. <https://doi.org/10.5902/2236499441843>.
- THORSTENSEN, Vera; GULLO, Marcellly Fuzaro. **O Brasil na OCDE: membro pleno ou mero espectador?** Ccgi, [s. l], v. 8, n. 479, p. 1-30, maio 2018.